

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

**a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:**

	2023		2022	
	UNIMED NACIONAL	BRABESCO	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
<b>VARIÁVEIS ECONÔMICAS</b>				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	10,00%	10,00%	10,00%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

	2023		2022	
	UNIMED NACIONAL	BRABESCO	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário
Método de Financiamento	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

**32. MEIO AMBIENTE**

O Grupo Energisa adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente. Para uma gestão sustentável, a EMS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais: Programa de Licenciamento Ambiental, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos; Programa de Arborização Urbana, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul; Programa de Educação Ambiental, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e subestações. A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA dentre outros, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos. Durante os temporais que atingiram Mato Grosso do Sul em outubro de 2021, quase 80% dos casos de interrupção do fornecimento de energia foram causados por árvores que caíram em cima da fiação elétrica. A intenção, agora, é evitar que casos semelhantes ocorram novamente. Apesar da responsabilidade pela poda das árvores ser das administrações municipais, a Energisa tem focado na prevenção e, por isso, auxiliado na execução do serviço em árvores com eventuais impactos de proximidades das redes elétricas e tem buscado parceria das prefeituras, para agilizar a poda de árvores e, com isso minimizar os riscos de interrupção no fornecimento de energia elétrica no período de chuva. O trabalho será executado a quatro mãos, totalmente em parceria com os municípios. Destaca-se ainda, a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos / isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas. Um dos grandes benefícios das trocas de cabos nus por protegidos e/ou isolados auxilia na Preservação dos Ninhos de Arara. A Companhia possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final. Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades. Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Companhia. Toda a diversidade do bioma do Pantanal, a fauna e a flora são sensíveis as soluções tradicionais de eletrificação, como as redes de distribuição com a fiação exposta, que, pela característica do Pantanal, podem afetar aves de médio e grande porte. Para a instalação das postes destas redes é necessário a abertura de faixas de passagem, estradas para transporte e infraestrutura pesada de construção. Além do mais, seria necessário a construção de duas subestações de porte para distribuir energia na região. A configuração de uma subestação é muito sensível ao regime de alagamentos da região e a sua construção exige o transporte de equipamentos pesados por uma região que não possui infraestrutura viária. Então, para levarmos energia, conforto e a segurança que a energia elétrica favorece à população do Pantanal a Energisa pesquisou alternativas técnico-econômicas de fontes de energia renováveis para a região e, a que melhor apresentou resultados foi a fonte solar fotovoltaica. Hoje temos mais de 2.500 famílias atendidas na região e, sem ao menos retirar uma árvore do lugar. Em 2020, durante a pandemia, a Energisa em parceria com a Embrapa e Fundação de Meio Ambiente de Corumbá, construíram um ninho artificial para os tuiuiús. O ninho original, que era patrimônio histórico de Corumbá pegou fogo após os incêndios que atingiram o Pantanal. Três anos depois, em 2023, fomos agraciados com o nascimento de três filhotes, contribuindo dessa forma com a preservação da espécie considerada ave símbolo do bioma. A controladora Energisa

também tem patrocinado projetos socioambientais, como o "Agroflorestas", do IHP (Instituto Homem Pantaneiro), desenvolvido na Serra do Amolar. Apesar do seu bioma diverso, o solo pantaneiro não é o mais fértil, fazendo com que os grandes produtores usem fertilizantes em excesso para conseguir produzir na região. O uso do sistema agroflorestal nessas pequenas comunidades permite que muitos alimentos sejam produzidos em meio à floresta local, assim muitas famílias envolvidas estão aprendendo novas habilidades de cultivo e diversificação de produtos, fomentando a economia e respeitando o meio ambiente. No exercício de 2023 os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$53.884 (R\$95.671 em 2022). "I" informações não examinadas pelos auditores independentes.

**33. COBERTURA DE SEGUROS**

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.551	829
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	922	613
Auto - Frota	23/10/2024	Até 1.110/veículos	146	146
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	162.809	491	445
Transporte Nacional	04/04/2024	Até 5.000/ viagens	24	21
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	53	53
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2024	30.000	194	180
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2025	10.000	577	509
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	30/06/2024	1.060/drone	9	9
			<b>3.967</b>	<b>2.805</b>

**Compromissos:** A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Vigência	Contrato de compra de energia			
	2024	2025	2026	2027
2023 a 2023	1.212.699	1.183.558	1.162.542	1.113.592
				Após 2027
				14.383.544

"I" Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram homologados pela ANEEL.

**35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	377.208	462.062
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	154.943	95.940
<b>Atividades operacionais</b>		
Incorporação de rede	7.765	33.684
Fornecedores a prazo	48.263	26.541
<b>Atividades de investimentos</b>		
Incorporação de rede	7.765	33.684
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	48.263	26.541

**36. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**36.1 Emissão de Debêntures:** Em 07 de fevereiro de 2024 a controlada indireta, Energia Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A, efetuou a 21ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$400.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,1076% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 07 de fevereiro de 2024, os recursos serão destinados para o financiamento futuro do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. **36.2 Dividendos do exercício de 2023:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$167.805, equivalentes a R\$259,35252641747 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária do dia 13 de março de 2024, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

**Conselho de Administração**

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

**Luciana Martenique Bernardi**  
Conselheiro

**Contador**

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0-S\*MS

**Diretoria Executiva**

**Marcelo Vinhaes Monteiro**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Rodrigo Santana**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Paulo Roberto dos Santos**  
Diretor Técnico e Comercial

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem Designação Específica

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0-S\*MS

**Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Sul – Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 12 de março de 2024.

<b>Marcelo Vinhaes Monteiro</b> Diretor Presidente	<b>Maurício Perez Botelho</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Rodrigo Santana</b> Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	<b>Paulo Roberto dos Santos</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>José Marcos Chaves de Melo</b> Diretor de Suprimentos e Logística	<b>Daniele Araújo Salomão Castelo</b> Diretora de Gestão de Pessoas	<b>Gioreli de Sousa Filho</b> Diretor sem Designação Específica	<b>Rodolfo da Paixão Lima</b> Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0-S*MS
---	--	---	--	---	--	--	---

**Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Sul – Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 12 de março de 2024.

<b>Marcelo Vinhaes Monteiro</b> Diretor Presidente	<b>Maurício Perez Botelho</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Rodrigo Santana</b> Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	<b>Paulo Roberto dos Santos</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>José Marcos Chaves de Melo</b> Diretor de Suprimentos e Logística	<b>Daniele Araújo Salomão Castelo</b> Diretora de Gestão de Pessoas	<b>Gioreli de Sousa Filho</b> Diretor sem Designação Específica	<b>Rodolfo da Paixão Lima</b> Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0-S*MS
---	--	---	--	---	--	--	---

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica:** Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria): Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede elétrica estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Provisão para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórias:** Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria): Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações referentes nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento

técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

**Deloitte**  
DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

**Antônio Carlos Brandão de Sousa**  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4